

DISPARIDADES E PARADOXOS

Tiago Neves & Pedro Daniel Ferreira*

À medida que íamos lendo capítulos anteriores, focados na análise dos manuais escolares e dos discursos de professores/as e alunos/as, surgiram e acabaram por se fixar na nossa mente duas palavras que, de certa forma, sintetizam as impressões que resultaram dessa leitura: *disparidades* e *paradoxos*. Estas palavras constituem, assim, as linhas de força do nosso entendimento dos capítulos anteriores. Passamos, de seguida, a ilustrar cada uma delas.

As *disparidades* são o elemento mais presente nas páginas anteriores; em boa verdade, parecem-nos ser quase omnipresentes. Elas caracterizam, por exemplo:

- O número de atividades sobre a União Europeia e temas europeus

* ✉ T. Neves

Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto da Universidade do Porto (CIIE/FPCEUP), Portugal.

Email: tiago@fpce.up.pt

P. D. Ferreira

CIIE/FPCEUP, Portugal

Email: pferreira@fpce.up.pt

© Autores/as e CIIE

Menezes, Isabel, Malafaia, Carla, & Ferreira, Pedro Daniel (Coords). (2022). *Reinventar a cidadania europeia de jovens: As escolas como espaços de educação política*. CIIE/FPCEUP. ISBN 978-989-8471-29-1.



- desenvolvidos pelas escolas em função do seu contexto socioeconómico;
- O grau de exposição a temas europeus por parte de alunos/as inscritos/as nas áreas de Humanidades e de Ciências dos cursos científico-humanísticos do Ensino Secundário, com uma correspondente disparidade no grau de sofisticação dos seus respetivos discursos;
 - O grau de centralidade dos manuais na vida escolar dos/as alunos/as do ensino secundário, independentemente das variantes;
 - A relação entre aquilo que os/as professores/as sentem como a necessidade pragmática de cumprir o programa e o seu desejo de tempo adicional para desenvolver atividades relacionadas com a educação cívica;
 - A perceção dos/as professores/as sobre o nível de interesse e compromisso políticos de seus/as alunos/as.

Por sua vez, os *paradoxos* podem encontrar-se em elementos como os seguintes:

- À escola é pedido que faça de tudo e com grande intensidade: que prepare para os exames, que no seu interior proporcione tempo para atividades de educação cívica e que as promova no seu exterior; no fundo, pede-se à escola que seja simultaneamente instrumental, pragmática e humanista;
- Os atores, se por um lado reconhecem a importância de no mundo atual haver – e até ser incentivada – uma consciencialização cívica e política dos/as jovens, ao mesmo tempo afirmam que o panorama sociopolítico é pouco favorável para o seu desenvolvimento;
- Os/as professores/as sugerem o aumento de visitas de estudo a instituições europeias para estimular o interesse dos/as jovens relativamente a assuntos europeus quando, do ponto de vista logístico e orçamental, tal sugestão é evidentemente impossível de concretizar em larga escala.

O conjunto das disparidades e contradições registadas faz-nos pensar no lugar im/possível em que (os discursos de) professores/as e alunos/as colocam a escola. Uns/umas e outros/as têm expectativas elevadas em relação ao contributo que a escola pode dar no desenvolvimento político dos/as alunos/as. A escola é um contexto muito importante da sua vida, em que confiam, onde esperariam poder

participar mais, e especialmente quando outras instituições, como a família, falham ou faltam, ou nos casos em que as condições sociais e políticas são menos favoráveis, é na escola que os/as professores/as colocam a responsabilidade de garantir formação e educação política. No entanto, quando falam do que lá efetivamente acontece, fica clara a disparidade, o que vai sendo um obstáculo. Os/as alunos/as falam da elevada carga letiva, da falta de tempo, os/as professores/as também nos falam da falta de tempo, mas associam-na aos longos programas e ao peso que a avaliação tem nas atividades escolares. Talvez a exceção nomeada, a disciplina de Área de Integração, seja o que talvez melhor ilustra esta questão já que o menor peso da avaliação, e o facto de os/as professores/as se sentirem menos constrangidos/as por um programa a cumprir, permitem que se dediquem a atividades que consideram essenciais para o desenvolvimento da cidadania dos/as alunos/as. É onde se liberta de algumas das marcas da mais tradicional disciplina escolar, numa unidade curricular do ensino profissional, que os/as professores/as veem como tendo menor peso quer do programa quer da avaliação, que a escola abre espaço para poder ser outra coisa, um lugar de discussão, de questionamento, que mexe com os/as alunos/as e pode facilitar aprendizagens cívicas e políticas. Mas é a exceção. No dia a dia da escola, ocupada com as suas funções primeiras ou pelo menos com as que mais se impõem no seu tempo e espaço, há pouco lugar para estas atividades e discussões. Professores/as e alunos/as reconhecem-no ao mesmo tempo que reclamam mais tempo e outros espaços para essas atividades. Dizem-nos que seria importante discutir as questões que vão povoando o dia a dia, o espaço público e mediático e mexendo com a sua vida (no momento em que se conduziram as entrevistas, temas como as dificuldades económicas, a intervenção da Troika e a crise dos refugiados estiveram bastante presentes) mas também aí a contradição espreita. Mesmo quando tende a querer-se outra coisa, a escola encontra muito pouco espaço para a participação, para se aprofundar enquanto espaço de vivência democrática. Se se reconhece que fazem falta espaços de envolvimento prático com questões reais e próximas que se possam converter em lugares de aprendizagens políticas, porque continuam os/as alunos/as a dizer-nos que mesmo aí, no contexto da escola, a sua participação é quase sempre apenas simbólica?

Numa perspetiva positiva, talvez se possa encontrar aqui uma aproximação ao paradoxo socrático, bem expresso na afirmação proferida pelo escritor e ativista James Baldwin numa alocação a professores, em 1963: “O paradoxo da educação é

precisamente este: que quando alguém começa a tornar-se consciente, começa a examinar a sociedade na qual está a ser educado”. Por outras palavras, a identificação de uma certa incompletude do trabalho desenvolvido pela escola radica inevitavelmente na existência de uma capacidade de análise crítica e de imaginação de alternativas. Assim, enquanto lugar paradoxal, também sempre promessa, enquanto espaço de educação pública, designadamente naquilo que se refere à reinvenção da cidadania europeia dos jovens, a escola é um espaço altamente tensional. Reconhecer estas tensões é essencial para uma compreensão do lugar que a escola ocupa enquanto obstáculo e fator promotor da agência cidadã dos jovens. Seguramente que em sociedades democráticas, complexas e plurivocais, elas próprias necessariamente alimentadas por alguma conflitualidade, um certo grau de tensão é inevitável no funcionamento de qualquer entidade coletiva. Nessa medida, cremos que o que importa agora esclarecer é se o grau de tensão atualmente existente é funcional do ponto de vista sistémico – na medida em que permite ir cumprindo objetivos, se não incompatíveis, pelo menos concorrentes – e se os diferentes sujeitos que habitam o espaço escolar conseguem conviver com – ou gerir adequadamente – essa tensionalidade. Importa igualmente discutir e esclarecer, em espaços não exclusivamente escolares, as prioridades do mandato escolar, reconhecendo-se pragmaticamente a impossibilidade de implementar e desenvolver na plenitude todas as dimensões e tarefas que um conjunto muito diverso de atores atribuem à escola. Esclarecer tudo isto requer uma abordagem que vai além da identificação e compreensão dos fatores acima enunciados e mede os seus efeitos, avalia as suas consequências, compara os seus resultados e propõe medidas com base nessa apreciação. Cremos que, apoiada nas sólidas bases já contruídas, será por aqui que a investigação sobre estes temas deve avançar.